

- b) executadas parcialmente;
- c) executadas fora do prazo estabelecido; ou
- d) cuja execução não for comprovada por meio da apresentação dos documentos e informações previstos ou requisitados conforme o Capítulo IV – “Do Cumprimento”.

PARÁGRAFO ÚNICO – A hipótese da alínea “d” do *caput* desta cláusula não será aplicada se o cumprimento da obrigação for demonstrado após o vencimento do prazo estipulado para comprovação, mas antes do término da vigência do TCAC e sem provocação da ANS, ou mediante provocação, com a observância do prazo previsto para a apresentação da resposta.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A COMPROMISSÁRIA ficará sujeita às seguintes consequências descumprimento das obrigações assumidas neste Termo:

- a) pelo descumprimento da obrigação prevista na cláusula terceira, desde que não cumprida a obrigação subsidiária prevista no parágrafo segundo da referida cláusula, se aplicável, multa no valor de **R\$80.000,00 (oitenta mil reais)**;
- b) pelo descumprimento de pelo menos uma das obrigações previstas nas cláusulas quarta e quinta, desde que não cumprida a obrigação subsidiária prevista na cláusula sexta, se aplicável, multa no valor de **R\$50.000,00 (cinquenta mil reais)** por beneficiário alcançado pelo descumprimento;
- c) pelo descumprimento da obrigação prevista na cláusula sétima, desde que não cumprida a obrigação subsidiária prevista no parágrafo terceiro da referida cláusula, se aplicável, multa no valor de **R\$80.000,00 (oitenta mil reais)**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Nas hipóteses de recolhimento incorreto ou indevido de valor a título de obrigação pecuniária subsidiária, este será descontado do valor da multa correspondente pelo descumprimento da respectiva obrigação originária.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O abatimento tratado no parágrafo anterior será aplicável apenas sobre o valor da multa aplicável pela mesma conduta indicada pela COMPROMISSÁRIA para cumprimento por meio da obrigação pecuniária subsidiária, a qual tenha sido considerada como incorreta ou indevida pela ANS.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – O descumprimento de qualquer das obrigações assumidas no Capítulo III – “Das Obrigações da Compromissária”, caracterizado conforme a cláusula décima segunda, sem prejuízo de outras penalidades, implicará na impossibilidade de celebração de outro Termo de compromisso de ajuste de conduta pelo prazo de **02 (dois) anos**, a contar da data em que expirou o prazo estipulado para o cumprimento das obrigações, assim considerado, no caso de descumprimento, o fim da vigência deste Termo.

VI - DOS ATOS OBJETOS DE APURAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Os processos administrativos identificados na cláusula primeira ficarão suspensos durante a vigência deste Termo em relação às condutas objeto de ajuste, prosseguindo-se normalmente com o curso desses processos em relação a outras condutas que porventura neles também estejam sendo apuradas.

Signature Not
Verified

Digitally signed by
MAURÍCIO NUNES DA
SILVA:01242873705
Date: 2020.07.03
12:43:39 BRT
Reason: Auto
Location: Rio de Janeiro